



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29/06/2015
(Contém folhas)

ATA Nº 17

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Tânia Cristina Ramos Matos Cruz	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 29/06/2015

ATA Nº 17

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, João dos Santos Alves, Carlos Manuel Nunes Alegre e Tânia Cristina Ramos Matos Cruz. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 08 de junho de 2015 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, o Município de Pampilhosa da Serra foi considerado território elegível para os denominados CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, no âmbito do Programa Escolhas, e nesse âmbito, vai ter uma reunião com o Presidente do Centro Regional de Segurança Social, em Coimbra, no dia 29 do corrente mês, de forma a que possamos preparar a candidatura ao Programa Escolhas. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Que, na sequência de um convite formulado pelo Sr. Presidente da República, vai estar presente no próximo dia 9 de julho no Antigo Museu dos Coches, para um encontro no qual será feito um balanço sobre o Programa EPIS 2015, em que estarão presentes, além do Presidente do Município de Pampilhosa da Serra, o Diretor do Agrupamento de Escolas, alguns alunos do primeiro ciclo e encarregados de educação; -----

----- Que, o Município de Pampilhosa da Serra, ficou entre os quatro primeiros classificados relativamente ao Prémio Município do Ano 2015, no âmbito do Programa "Conversa de Avós", pelo que, no dia 9 de julho do corrente ano, vai estar presente numa cerimónia para a entrega dos prémios, promovida pela Universidade do Minho, na cidade do Porto, onde irá ser definido o primeiro lugar do referido Prémio. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 25 de junho de 2015, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.722.754,54 € (Um milhão setecentos e vinte e dois mil setecentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e quatro centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 191.179,41 € (cento e noventa e um mil cento e setenta e nove euros e quarenta e um centimos), num total de 1.925.044,58 € (um milhão novecentos e vinte e cinco mil e quarenta e quatro euros e cinquenta e oito centimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Tabela de Preços 2015

- Proposta do Sr. Vereador João dos Santos Alves

----- Tendo em conta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 08 de junho de 2015, na qual foi aprovada a Tabela de Preços relativos à venda de bens em equipamentos municipais, revela-se necessário proceder à alteração da mesma, uma vez que entretanto, foram adquiridos mais alguns bens promocionais do território, recursos e potencialidades do concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Assim, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. m), do nº 2



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do artigo 23º e na al. t), do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro em conformidade com o preceituado no nº 1 do artigo 21º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, após apreciação, delibere aprovar a inclusão na tabela inicial, dos bens melhor discriminados no quadro infra, procedendo-se nessa sequência, à alteração da Tabela de Preços aprovada em reunião de Câmara de 08/06/2015: -----

1.2 - PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS				
Código	Descrição	Classificação	Preço Venda ao Público	IVA
	Postal A5-Frente e Verso	RO.07010899.05	1,00 €	Incluído 23%
1.3 - MERCHANDISING TERRITORIAL				
	Panamá Algodão Lista Branca c/alg. Bordado	RO.07010899.05	5,00 €	Incluído 23%
	Panamá c/cordão c/logo Bordado	RO.07010899.06	6,00 €	Incluído 23%

----- Para que dúvidas não haja, anexo à presente, a tabela de preços na sua íntegra, com as alterações, decorrentes da inserção na mesma dos bens supra mencionados. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - FAM - Fundo de Apoio Municipal

- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal

----- Foi presente um ofício do Fundo de Apoio Municipal, a comunicar que de acordo com o nº 1 do artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que define a forma de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por parte de cada município e do Estado, esta ocorrerá no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015. -----

----- Assim sendo e no âmbito do disposto no nº 4 do artº 17º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, informam que a primeira tranche da contribuição para realização do capital social do FAM, do Município de Pampilhosa da Serra, no montante de 31.582 € (trinta e um mil quinhentos e oitenta e dois euros) deverá ser efetuada através de transferência bancária. (...) -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder à referida transferência bancária. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 - Pedido de isenção de taxas para utilização das piscinas municipais de Pampilhosa da Serra

- Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS)

----- Foi presente um e-mail do Comando do Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS), sedeados no Cabeço da Urra, Pampilhosa da Serra, a solicitar a isenção de taxas cobradas na utilização da piscina municipal de Pampilhosa da Serra, para os militares dos GIPS a prestarem serviço no concelho. -----

----- Foi presente uma informação do Serviço de Secretaria, a dar parecer sobre o pedido supra, tendo por base o artº 37º do Regulamento Municipal sobre o Complexo Municipal da Piscina do Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Protocolo de Parceria

- Grupo de Ação Local - Pinhais do Zêzere

----- Foi presente um Protocolo de Parceria do Grupo de Ação Local - GAL - Pinhais do Zêzere, a celebrar entre a Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento e o Município de Pampilhosa da Serra, que define as responsabilidades respetivas no processo de conceção, elaboração e implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local - EDL, para o território da Pinhais do Zêzere, a implementar no âmbito do DLBC Rural no período de 2014-2020, promovendo a concertação e a convergência alargada dos atores locais, baseada numa metodologia abrangente, multidisciplinar e integradora de ideias e projetos para esta comunidade rural. -----

----- Foi presente uma informação/parecer dos Serviços Jurídicos sobre o assunto, que fica anexo à presente ata e que refere: " Considerando que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra deliberou, na sua reunião ordinária realizada em 26/01/2015, constituir-se como parceira do GAL - Pinhais do Zêzere, concedendo poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar tudo o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

que se mostre necessário ao estabelecimento de compromissos de parceria, com o objetivo de reconhecer a rede de parceiros que constituirão o GAL – Pinhais do Zêzere, a qualificação e reconhecimento do mesmo enquanto entidade gestora do DLBC rural (Desenvolvimento Local de Base Comunitária) e a adequada definição da respetiva EDL (Estratégia de Desenvolvimento Local) para o território de intervenção, composto pelos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra; -----

----- Tendo ainda sido deliberado, naquela reunião, proceder à transferência de verba, no montante de 6.150,00 Euros, destinado a participar a proposição de candidatura a programa de desenvolvimento rural do continente, para criação e reconhecimento do Grupo de Ação Local Pinhais do Zêzere; -----

----- (...) Sendo certo que dispõe o artº 2º do Regime Jurídico das Autarquias Locais que: “constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no nº 2 do art. 7º e no nº 2 do artigo 23º da presente Lei”, constando da alínea m) do nº 2 do artigo 23º que os municípios dispõem de atribuições (entre outras) no domínio da promoção do desenvolvimento (alínea m)); --

----- E que no âmbito das suas competências materiais, compete à Câmara Municipal: “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”, atento o disposto na al. o), do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. (...) “-----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4 - RECURSOS HUMANOS

2.4.1 - Devolução de Caução

----- Foi presente uma informação dos Recursos Humanos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando que a Assistente Técnica, Filomena Maria Antunes Ramos Nunes Barata, exerce as funções de tesoureiro deste Município desde 01 de janeiro de 2008; -----

----- Considerando que nos termos do artigo 16º do Decreto-Lei nº 246/87, de 17 de junho, para exercer as funções de tesoureiro, era obrigatório a prestação de uma caução; -----

----- Considerando que em reunião de Câmara de 27 de maio de 2008, foi fixado em 50,00 € o valor da caução; -----

----- Considerando ainda, que com a publicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi revogado o referido artigo 16º. Assim a partir de 01 de janeiro de 2009, deixou de ser possível prestar caução para receber abono para falhas. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Após aquela data, com a revogação do DL 247/89 e a entrada em vigor da Lei 12-A/2008 (LVCR), passaram a ser aplicáveis à Administração Local as regras aplicáveis à Administração Central (LVCR e De3c-Lei nº 4/89), passando o abono para falhas a ter um valor único de 86,29 € (fixado pela Portaria nº 1553-C/2008).-----

----- Havendo trabalhadores da Administração Local que à data da entrada em vigor do novo regime recebessem a título de abono para falhas um valor superior a 86,29 €, continuarão a receber esse valor em salvaguarda dos direitos adquiridos. Não obstante, este valor manter-se-á sem quaisquer alterações ou atualizações até que o valor fixado futuramente como abono para falhas seja superior.-----

----- Deste modo, informo V.Ex^a que a caução deverá ser restituída à trabalhadora, uma vez que o atual cenário legislativo não prevê a demonstração de qualquer caução, para o exercício de Tesoureiro.-----

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade restituir à Assistente Técnica, Filomena Maria Antunes Ramos Nunes Barata a referida caução.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

3- DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PARTICULARES

3.1.1 - Pedido de viabilidade de construção de estaleiro em Eira do Mendes

- Pedido de isenção de taxas

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- " A Freguesia de Pampilhosa da Serra, contribuinte fiscal nº 506 843 785 representada pelo seu Presidente, Senhor Nuno Miguel Marques Nunes de Almeida, com sede na Rua Rangel de Lima, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, apresentou nos serviços do Município em 04/06/2015, ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, por força da alínea b) do artigo 8º do mesmo Regulamento, pedido para isenção de taxas, referente ao processo de viabilidade construtiva do edifício destinado a estaleiro, a edificar em terreno propriedade da Autarquia, sito no local denominado por Eira do Mendes, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, inscrito na matriz predial rústica da respetiva freguesia sob o artigo matricial nº 32.384.-----

----- Ora de acordo com o que dispõe a alínea b) do nº 1 do artigo 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, as Freguesias do Município quando as pretensões visem a prossecução das suas atribuições e em atividades por si organizadas, podem beneficiar de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

isenção total ou parcial do pagamento das taxas municipais. -----

----- Pelo exposto, considera-se que a mencionada entidade, Freguesia de Pampilhosa da Serra, se encontra abrangida pelos condicionalismos previstos no articulado do Regulamento acima referido. -----

----- Mais se entende referir que o pedido de reconhecimento de isenção se encontra formalizado, de acordo com o nº 2 do artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais de Pampilhosa da Serra, em vigor. -----

----- Levo a presente situação à consideração de V.Exª. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2 – OBRAS PÚBLICAS

3.2.1 – Requalificação da EN344 entre Pampilhosa da Serra e Vale Pereiras (entroncamento com EN351) e ER344 entre Vale Pereiras (entroncamento com EN351) e alvares (entroncamento com EN2)

----- Foi presente um ofício de Infraestruturas de Portugal, a comunicar da receção do estudo prévio elaborado pela Autarquia relativo à requalificação das vias acima mencionadas, o qual agradecem e referem que a prioridade relativa desta intervenção, quando comparada com outras necessidades, não permite classifica-la de forma a que possa ser realizada a curto prazo. -----

----- Relativamente à EN344, a via ainda faz parte do objeto da subconcessão Pinhal Interior, pelo que a responsabilidade da sua conservação pertence à subconcessionária. --

----- Em relação à ER344, com um índice de qualidade de 3,8 (que pode variar entre 0 e 5), o estado do seu pavimento não determina uma intervenção urgente. -----

----- Em anexo, enviam Parecer dos técnicos da IP relativamente à intervenção solicitada pela Autarquia. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que continuará a lutar junto das instâncias competentes e fazer sentir que não é o estado do piso mas o traçado das estradas que pretende melhorar. -----

3.2.2 – Receção definitiva e libertação de caução

Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre EN 112 e Aldeias

Adjudicatário: Calado & Duarte, Ldª



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
----- “ Em 31/10/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução, foi apresentada a garantia bancária nº GAR/08305737, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 22/07/2008 no montante de 835,50 €, tendo atualmente o valor de 125,33 €. -----

----- De salientar que o valor correto registado nos serviços de contabilidade é de 83,55 €, embora o banco tenha o valor de 125,33 €, pelo que deverá ser este o valor a comunicar para cancelamento. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária acima mencionada. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.3 – Receção definitiva e libertação de caução

Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Janeiro de Baixo e Esteiro

Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----
----- “ Em 31/10/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de caução, foi apresentada a garantia bancária nº GAR/08305734, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 22/07/2008 no montante de 1.346,50 €, tendo atualmente o valor de 134,65 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e libertada a garantia bancária acima mencionada. -----

----- À consideração superior.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.4 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015/2017_Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- Na sequência das indicações superiores, cumpre-me informar o seguinte: -----

----- I - Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo: -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 - LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

----- Nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 12 do mesmo artigo e depende da verificação dos seguintes requisitos: -----

i. Que se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

ii. Aplicação da redução remuneratória, nos casos previstos no n.º do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Dezembro. -----

iii. Confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

iv. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

Considerando: -----

1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 - LOE 2015); -----

2) Que o n.º 12 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- 3) De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----
- a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Existência de cabimento orçamental;-----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável).-----
- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação dos Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015-2017 (período de 24 meses);-----
- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----
- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recursos a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----
- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----
- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 9) Que o valor base estimado é de 17.443,20 € (dezassete mil, quatrocentos e quarenta e três euros e vinte centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental. -----
- 10) Que serão consultadas as seguintes entidades: -----
- a) Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2-r/c-E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ; -----
 - b) F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede na Rua Soeiro Viegas, nº21, 2ºB, 6300-758 GUARDA; -----
 - c) Azevedo Coutinho, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede na Rua Augusto César Oliveira Tavares, nº2, 7300-016 PORTALEGRE; -----
- 11) Que o valor base da prestação de serviços é de 17.443,20 € (dezassete mil, quatrocentos e quarenta e três euros e vinte centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----
- 12) Que o valor do preço base já contempla a redução remuneratória prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro no montante de 8%, dado que no ano transato foi celebrado contrato com idêntico objeto pelo valor mensal de 790,00 €, acrescido de IVA.

III – Da proposta em sentido estrito -----

----- Assim, deverá a presente informação ser remetida ao executivo municipal, por força do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LEO 2015) para emissão de parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referida em epígrafe. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.5 – Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015/2017_Abertura de Procedimento

----- Foi presente a Informação nº 18 _Conc_2015 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “Nos termos do disposto no artigo 74º e seguintes da Lei nº73/2013 de 03 de setembro, as contas do Município têm de ser certificadas por auditor externo, nos termos e de acordo com o explicitado no citado diploma legal. Deste modo, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de ajuste direto para "Prestação de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do Município de 2015-2017", ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº18/2008 de 29/01 e subsequentes alterações, dado que os montantes estimados se encontram abaixo dos limites para o tipo de procedimento em causa (75.000,00 €). A prestação de serviço terá uma duração de 24 meses. Mais se propõe o Júri do procedimento e as entidades a convidar para apresentação de propostas. -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Aquisição de Serviços; -----

----- Preço Base: 17.443,20 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso por ajuste direto, ao abrigo da a) do nº1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº18/2008 de 29/01 e subsequentes alterações; -----

----- Período máximo de prestação de serviço: 24 meses; -----

----- Caução: Não Aplicável. -----

----- Entidades a convidar: Cruz Martins, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede na Urbanização Quinta das Rosas, Lote 2-r/c-E, Covilhã, 6200-551 COVILHÃ; -----

----- F. Pega Magro, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede na Rua Soeiro Viegas, nº21, 2ºB, 6300-758 GUARDA; -----

----- Azevedo Coutinho, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda, com sede na Rua Augusto César Oliveira Tavares, nº2, 7300-016 PORTALEGRE; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar os elementos de concurso, nomeadamente o convite e caderno de encargos e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 20º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro e subsequentes alterações, conjugado com o disposto no artigo 74º e seguintes da Lei nº73/2013 de 03 de setembro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.5.1 - Aquisição de Serviços de Certificação Legal e Auditoria Externa de Contas do Município de 2015/2017

- Júri do procedimento de concurso

----- Foi presente a Informação nº 18_Conc_2015, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFECTIVOS: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Presidente – Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal – Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal – Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal – Nuno Miguel Martins Bandeira. -----

----- 2º Vogal – José Carlos Alves Barreiros. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.6 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Jardins 2015/2017_Pedido de parecer prévio vinculativo

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- Na sequência das indicações superiores, cumpre-me informar o seguinte: -----

I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 – LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

c) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

d) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

Nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 12 do mesmo artigo e depende da verificação dos seguintes requisitos: -----

v. Que se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

vi. Aplicação da redução remuneratória, nos casos previstos no n.º do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Dezembro. -----

vii. Confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

viii. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

Considerando: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- 13) *Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 – LOE 2015); -----*
- 14) *Que o n.º 12 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----*
- 15) *De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----*
- d) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----*
 - e) Existência de cabimento orçamental; -----*
 - f) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável). -----*
- 16) *O objeto do presente contrato consiste na contratação dos Serviços de Manutenção de Jardins 2015_2017 (período de 24 meses); -----*
- 17) *Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----*
- 18) *A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recursos a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- 19) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP;-----
- 20) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;-----
- 21) Que o valor base estimado é de 36.000,00 € (trinta e seis mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental. -----
- 22) Que serão consultadas as seguintes entidades:-----
- a) C Bandeira & Filhos, Lda, com sede no Esporão, 3330-235 GÓIS;-----
 - b) Viaplanta, Sociedade Comercial de Limpezas e Ajardinamentos, Lda, com sede em Venda das Figueiras, 3230-024 PENELA;-----
 - c) AVAL VERDE - Engenharia e Ambiente, Lda, Rua Principal nº 65, Apart. 123, Telhado, 3360-062 FIGUEIRA DE LORVÃO;-----
- 23) Que o valor base da prestação de serviços é de 36.000,00 € (trinta e seis mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----
- 24) Que o valor do preço base já contempla a redução remuneratória prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro no montante de 8%, dado que o valor correto para o serviço em causa seria de 39.130,43 € (trinta e nove mil, cento e trinta euros e quarenta e três centimos) correspondente a um valor mensal de 1.630,44 €, acrescido de IVA.-----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, deverá a presente informação ser remetida ao executivo municipal, por força do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LEO 2015) para emissão de parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referida em epígrafe. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta;-----

----- À consideração superior.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.2.7 - Aquisição de Serviços de disponibilização de plataforma eletrónica de contratação pública 2015/2017_Pedido de parecer prévio vinculativo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- Na sequência das indicações superiores, cumpre-me informar o seguinte: -----

I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 – LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

e) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----

f) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

Nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo, nos termos do n.º 12 do mesmo artigo e depende da verificação dos seguintes requisitos: -----

ix. Que se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

x. Aplicação da redução remuneratória, nos casos previstos no n.º do artigo 2º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Dezembro. -----

xi. Confirmação da existência de cabimento orçamental. -----

xii. Importa referir que nos termos do n.º 21 do artigo 75º da mencionada Lei do Orçamento de Estado, são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados em violação do disposto no presente artigo. -----

II – Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

Considerando: -----

25) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2015 – LOE 2015); -----

26) Que o n.º 12 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----

27) De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----

g) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

h) Existência de cabimento orçamental; -----

i) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável). -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- 28) O objeto do presente contrato consiste na contratação dos Serviços de disponibilização de plataforma eletrónica de contratação pública 2015_2017 (período de 24 meses);-----
- 29) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----
- 30) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços. Aplicação da portaria nº48/2014, de 26 de fevereiro que regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro. Estando em causa mera prestação de serviços, ou seja, a satisfação de necessidades que envolvem a execução de trabalho autónomo - sendo que estes, pela sua natureza não podem ser asseguradas mediante uma relação jurídica de emprego público, por quem seja, ou esteja, investido nessa modalidade de vinculação -, não tem sentido algum, nem sequer se afigura lógico, demonstrar a inexistência de pessoal em situação de requalificação. O que é decisivo acautelar é a fundamentação da contratação externa, ou seja, a ausência de subordinação jurídica e a inconveniência da constituição de uma relação jurídica de emprego público, o que se demonstra que está realmente acautelado pela informação do serviço requisitante, no que se reporta à execução de trabalho autónomo e que se mostra inadequado o recurso a tal modalidade de vinculação. Sem prescindir, sempre se dirá que tal poderá mostrar-se irrelevante face ao entendimento da CCDR-Centro no que se reporta à não aplicabilidade da portaria aqui em apreciação, às autarquias locais, sendo que em virtude de tal entendimento caberá às CIM's a gestão daqueles trabalhadores - o que, diga-se ainda não está regulamentado ; -----
- 31) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP;-----
- 32) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto - Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;-----
- 33) Que o valor base estimado é de 12.806,40 € (doze mil, oitocentos e seis euros e quarenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental. -----
- 34) Que será consultada a seguinte entidade: -----
- d) Vortal - Comércio Eletrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A., com sede na UPTEC, Parque de Ciência e Tecnologia da Univ. do Porto, Rua Alfredo Allen, 455/461, 4200-135 Paranhos; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

35) Que o valor base da prestação de serviços é de 12.806,40 € (doze mil, oitocentos e seis euros e quarenta centavos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

36) Que o valor do preço base já contempla a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro no montante de 8%, dado que o valor correto para o serviço em causa seria de 13.920,00 € (treze mil, novecentos e vinte euros) correspondente a um valor mensal de 580,00 €, acrescido de IVA.-----

III – Da proposta em sentido estrito-----

----- Assim, deverá a presente informação ser remetida ao executivo municipal, por força do disposto no n.º 4, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LEO 2015) para emissão de parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços referida em epígrafe. -----

----- Mais proponho que a presente proposta seja aprovada em minuta;-----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4- DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

4.1 - TURISMO

4.1.1 – II Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza”

----- Proposta do Sr. Vice-Presidente, Jorge Custódio: -----

----- Considerando que a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 26/05/2014, deliberou aprovar a realização do II Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra: Inspira Natureza”, que decorreu entre 29 de maio de 2014 e 29 de abril de 2015, bem como as normas inerentes ao mesmo que estabeleceram a respetiva tramitação, as correspondentes temáticas, os critérios de participação e atribuição de prémios, as características do material a concurso, prazos, composição e competência do Júri; -----

----- Tendo em conta que foi fixada a data limite de 29/05/2015 para apresentação dos trabalhos e que, nessa sequência, o Júri deverá verificar “a conformidade formal dos trabalhos de acordo com o presente documento, apreciará a qualidade técnica e artística das fotografias, bem como o enquadramento estético no âmbito do tema a que concorre, ponderando e atribuindo os prémios estabelecidos, no decurso do mês de junho de 2015”. (nº 8.2 do ponto 8 do documento que estabelece as normas inerentes à realização do II Concurso de Fotografia



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

“Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”); -----

----- Contudo, por indisponibilidade de alguns membros do Júri e verificando-se a inexistência de vogais suplentes, não será possível reunir todos os elementos do Júri, durante este mês de junho, a fim de dar cumprimento ao disposto no referido nº 8.2 do ponto 8 do documento em causa; -----

----- Pelo exposto, tenho a honra de propor, na qualidade de Presidente do Júri do Concurso em questão, que a Câmara Municipal equacione: -----

----- - deliberar que a conformidade formal dos trabalhos com o documento que estabelece as normas inerentes à realização do II Concurso de Fotografia “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”, a apreciação da qualidade técnica e artística das fotografias, o enquadramento estético no âmbito do tema a que os participantes concorrem, a ponderação da atribuição dos prémios estabelecidos, sejam efetuadas **no decurso do mês de julho de 2015**, pelos membros do júri; -----

----- - determinar que a deliberação a tomar a propósito seja publicitada no sítio da Internet do Município, por forma a que os concorrentes/participantes dela tenham conhecimento, já que os mesmos apresentaram os seus trabalhos em envelope fechado, só identificado exteriormente por um pseudónimo.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5- DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

5.1 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para “Aquisição de Espetáculos Musicais para a Feira de Artesanato e Gastronomia 2015”

----- Foi presente uma informação da Divisão Socio Cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- Nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015, e de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 75º, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.-----

----- De acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 75º da Lei OE 2015, nas autarquias locais o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação (previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro) regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

CONSIDERANDO:

- 1- Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2015. -----
- 2- Que o n.º 12 do artigo 75.º do mesmo diploma esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações. -----
- 3- Que de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da:-----
 - a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas; -----
 - b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; -----
 - c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 (se aplicável). -----
- 4- Que de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----
 - a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
 - b) Existência de cabimento orçamental; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----
- d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte. -----
- 5- Que o objeto do presente contrato consiste na Aquisição de Espetáculos Musicais para a Feira de Artesanato e Gastronomia 2015. -----
- 6- Que atendendo à natureza do contrato em apreço, este serviço será desenvolvido sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante.-----
- 7- Que o valor base estimado é de 43.000,00 € (quarenta e três mil euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, estando contemplada no Orçamento Municipal 2015, classificada e cabimentada com a Orgânica 0102, Económica 02022502 e GOP 02 251 2015/5029. ----
- 8- Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação subsequente.-----
- 9- Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP. -----
- 10- Que serão consultadas as seguintes entidades: -----
- a) LIGHT ON STAGE, Unipessoal Lda; -----
- b) PLATEIA ORIGINAL, Unipessoal Lda; -----
- c) LA STRADA, Unipessoal Lda. -----
- 11- Que o disposto no n.º1 do artigo 75.º da LOE 2015 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014 e que, no caso concreto, não se verificou em 2014 a vigência de contrato com idêntico objeto e ou contraparte, não se aplicando deste modo a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. -----

NESTES TERMOS PROPÕE-SE:

- a) Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração de contrato de aquisição de serviços "Aquisição de Espetáculos Musicais para a Feira de Artesanato e Gastronomia 2015"; -----
- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- À consideração superior.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.2 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para "Aquisição de Espetáculo de Mickael Carreira para as Festas do Concelho 2015"

----- Foi presente uma informação da Divisão Socio Cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- Nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015, e de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 75º, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de aquisição de serviços nas modalidades de tarefa e avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 12 do artigo 75º da Lei OE 2015, nas autarquias locais o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação (previstos no artigo 6.º do Decreto -Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro) regulados pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio. -----

CONSIDERANDO:

- 1 - Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2015. -----
- 2 - Que o n.º 12 do artigo 75.º do mesmo diploma esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações. -----
- 3 - Que de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, e da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas; -----
- b) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente; -----
- c) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 (se aplicável). -----
- 4 - Que de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, da Portaria 149/2015, de 26 de maio, a emissão de parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos: -----
- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Existência de cabimento orçamental; -----
- c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável; -----
- d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte. -----
- 5 - Que o objeto do presente contrato consiste na Aquisição de Espetáculo de Mickael Carreira para as Festas do Concelho 2015. -----
- 6 - Que atendendo à natureza do contrato em apreço, este serviço será desenvolvido sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante. -----
- 7 - Que o valor base estimado é de 17.000,00 € (dezassete mil euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, estando contemplada no Orçamento Municipal 2015, classificada e cabimentada com a Orgânica 0102, Económica 02022502 e GOP 02 251 2015/5029. ----
- 8 - Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação subsequente.-----
- 9 - Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP. -----
- 10 - Que será consultada a seguinte entidade: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- d) REGI-CONCERTO - Produções Musicais e Audiovisuais, Lda. -----
- 11 - Que o disposto no n.º1 do artigo 75.º da LOE 2015 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014 e que, no caso concreto, não se verificou em 2014 a vigência de contrato com idêntico objeto e ou contraparte, não se aplicando deste modo a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1,2,3,4,9 e 10 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.-----

NESTES TERMOS PROPÕE-SE:

- a) Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração de contrato de aquisição de serviços "Aquisição de Espetáculo de Mickael Carreira para as Festas do Concelho 2015"; -----

- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta.-----

À consideração superior.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----



Fl. 

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi.-----




